

Setúbal propõe a “desdolarização”

São Paulo — Alvo de homenagens de empresários paulistas na última semana, o banqueiro Olavo Setúbal resolveu ontem introduzir mais uma palavra na discussão sobre a economia do país. Ele propôs a substituição do termo “desindexação” por “desdolarização” da economia brasileira.

Em entrevista concedida depois de um banquete oferecido pelo Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos, Vestuários e Armarinhos de São Paulo, o presidente do Banco Itaú disse ser favorável à desindexação, mas alertou que “uma desindexação absoluta e completa traria definitivamente o caos”.

— Prefiro propor, então, a “desdolarização” da economia brasileira; ou seja, a desvinculação da correção cambial da correção monetária. Por que o investidor em capital no Brasil é beneficiado com uma remuneração em dólar e não sofre sequer com a depreciação provocada pela inflação norte-americana? — perguntou.

Em Porto Alegre, o presidente

da Federação Nacional de Bancos (Fenaban) e da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Roberto Konder Bornhausen, defendeu a desindexação geral da economia, mas frisou que isto não significa o desaparecimento dos índices. Explicou que eles são necessários para manter “razoavelmente em ordem uma economia com taxas tão elevadas de inflação. O que se busca é uma troca inicial, e depois uma correção permanente, por fatores que não devem atuar em relação aos índices como hoje atuam”.

Ao defender a desindexação generalizada — atingindo a correção monetária e o INPC —, ele acentuou que ela representará “a divisão do ônus” e evitará os reflexos negativos nos salários. Bornhausen é favorável à continuidade da busca de recursos junto ao FMI.

Sobre a questão salarial, Bornhausen é de opinião que, enquanto a inflação estiver em níveis altos, “tem que haver aumentos salariais mais de uma vez por ano”.

Uma redução de Cr\$ 5 trilhões no déficit público. Esta é a vantagem que o Governo teria se expurgasse a correção cambial nos títulos da dívida pública federal — Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — e nos depósitos em moedas estrangeiras no Banco Central, através da Resolução 432, afirmou ontem, no Rio, o corretor Adolpho de Oliveira.

Segundo ele, o Governo deveria expurgar os efeitos da maxidesvalorização de 30% do cruzeiro, determinada em fevereiro de 83, sobre o endividamento público interno. O volume da dívida pública federal — que está em torno de Cr\$ 10 trilhões e é contabilizado pela correção monetária — se fosse contabilizada a correção cambial que remunera 80% dos papéis, saltaria para quase Cr\$ 14 trilhões. E nos depósitos em moedas estrangeiras no BC, a correção cambial fará com que o saldo cresça dos Cr\$ 2,2 trilhões, em janeiro deste ano, para Cr\$ 7 trilhões, em dezembro, equivalentes à mesma quantidade de dólares.